

ESCRAVIDÃO, PECUÁRIA E POLICULTURA

Resenha: NEVES, Erivaldo Fagundes. *Escravidão, pecuária e policultura: Alto Sertão da Bahia, século XIX*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2012, p.305.

Danielle da Silva Ramos

Mestranda em História Social pelo PPGH-UFBA

“Sertão longo que não tem portas”, a frase explicitada pela historiadora Isnara Pereira Ivo em um dos títulos de sua obra¹ reflete a grandiosidade que representa os sertões da Bahia,² interligado com outras regiões por meio das relações políticas e socioeconômicas desencadeadas ao longo dos séculos refuta a ideia de região isolada que tanto perdurou na historiografia tradicional. Enquanto pioneiro do olhar deslocado para o alto sertão baiano, o professor da Universidade Federal de Feira de Santana (UEFS/BA), mestre em história pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), com doutorado também em história pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Erivaldo Fagundes Neves, em sua pesquisa por entre os arquivos sertanejos, baianos e ultramarinos, forneceu em suas obras singulares e preciosas informações sobre a constituição das fronteiras geográficas alto sertaneja, e para além delas, as práticas empreendidas pelos sujeitos – em suas dimensões culturais, políticas, econômicas e sociais - que deram “vida” a esse espaço em sua intensa dinâmica. Recorrentemente citado, sobretudo em trabalhos que se referem aos sertões baianos, este historiador, sertanejo de nascimento,³ forneceu muitas pistas para que o estudo dessa região pudesse alçar voos mais altos.⁴

¹IVO, Isnara Pereira. *Homens de caminho: trânsitos culturais, comércio e cores nos sertões da América portuguesa. Século XVIII*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2012.

²Ivo (2012, p.25) faz referência ao Sertão da Ressaca (fronteira com o norte da Capitania de Minas Gerais) e o Alto Sertão da Bahia.

³ Sendo natural do então distrito de Bonito (pertencente a Caetité), onde atualmente é o município de Igaporã. De acordo dados do IBGE, está localizado a uma distância de 802 quilômetros da capital, na Mesorregião do Centro-Sul baiano e Microrregião de Guanambi.

⁴Conforme salienta Maria de Fátima Novaes Pires (2014, p.331), considera-se ainda a abertura desde os anos 1990 de programas de pós-graduação e a criação de arquivos em cidades do interior, [como o Arquivo Público Municipal de Caetité], que facilitaram a ampliação do enfoque de antigos e novos objetos.

Possuidor de um vasto conhecimento acumulado durante os anos de dedicação à escrita da história sertaneja, Neves recorre a páginas de estudos anteriores⁵ para endossar a discussão sobre *Escravidão, pecuária e policultura [no] Alto Sertão da Bahia, século XIX*, título da obra que fora publicada em 2012, evidenciando, no decorrer de suas trezentas e cinco páginas, os pressupostos teórico-metodológicos ligados e as problematizações levantadas acerca do contexto escravista sertanejo.

Inserida na atualização dos debates sobre a historiografia da escravidão, Neves destina as páginas iniciais de sua obra aos caminhos por ela trilhado. No plano nacional, remonta à década de 1930 e à concentração dos estudos a um caráter monocultor, latifundiário e escravista, para em seguida mencionar os redirecionamentos das discussões, especialmente na década de 1980, com a valorização do cotidiano, dos modos de viver, da religiosidade do escravo. Se reportando à historiografia baiana, elucida os estudos que partiram da cultura africana, tais como os de Manoel Quirino, Nina Rodrigues, Arthur Ramos e Luís Viana Filho.

Com esse redirecionamento, a análise dos estudos escravistas é deslocada também para as áreas interioranas e novas experiências escravas ganham notoriedade. No entanto, como sinalizado pelo autor, é necessário que as referências sobre a labuta diária dos escravos, assim como outros focos de análise sejam ampliadas nas comunidades sertanejas.

É por meio de uma vasta documentação, isto é, testamentos e inventários pós-morte de senhores de escravos, escritura de compra e venda de cativos, cartas de liberdade de escravos e processos crime, que Neves propõe descortinar as especificidades da escravidão na pecuária e policultura sertaneja. Lançando mão de uma abordagem socioeconômica. No primeiro capítulo da obra, intitulado *Senhores, escravos e camponeses na pecuária e policultura*, o autor traz um quadro sobre as principais atividades desempenhadas pelos escravos em “uma economia agrária com latifúndios, quase sempre descontínuos, contornados por médias e pequenas unidades, nas quais se multiplicaram os pequenos criadores e agricultores autônomos” (p.83). Nelas, em menor número, também se faziam uso do trabalho compulsório e observou-se que a maior concentração da mão-de-obra escrava estava na pecuária. Fazendo uso de tabelas, é informado ainda a etnia, cor, idade, gênero, vestuário e enfermidades dos escravos recorrentes nas propriedades sertanejas.

⁵Tais como: Uma Comunidade Sertaneja: da Sesmaria ao Minifúndio (1998); Estrutura Fundiária e Dinâmica Mercantil: Alto Sertão da Bahia, Séculos XVIII e XIX (2005); Sertões da Bahia: Formação Social, Desenvolvimento Econômico, Evolução Política e Diversidade Cultural (2011).

No capítulo seguinte, chamado *Nações, etnias e origens dos escravos*, o autor se detém em demonstrar os locais que partiam os escravos para o Brasil, Bahia e Caetité, verificando a incidência de diversas procedências. Para a Bahia, foram destinados, no decorrer do período escravista, escravos da Guiné, Gâmbia, Congo, Angola, Costa da Mina, Golfo do Benin, uma prevalência dos oriundos da África Ocidental, situação que não se repetiu em Caetité, notando-se uma preferência pelos da África Centro-Ocidental.

Sem aprofundar nessas questões, o autor se envereda no universo da família escrava, trazendo uma constante associação da construção de suas relações com o espaço social de pouco contingente escravista sertanejo - se comparada a regiões monocultoras litorâneas.⁶ No decorrer do capítulo *Família no cativo agropecuarista e comércio de escravos*⁷ essa relação é demonstrada na rara constituição de casamentos formalizados - união livres eram mais recorrentes - e, inclusive, no estabelecimento do preço de escravos a serem comercializados. Por outro lado, como bem observado por Neves, estes faziam uso da organização familiar para angariar concessões dos senhores. Ainda, o autor tece considerações sobre a relação de apadrinhamento, sobretudo através do batismo de senhores a filhos de escravos, relação vista como uma possibilitadora de “vínculos de afinidade e reciprocidade entre compadres, padrinhos e afilhados” (p.48).

Em *Alforrias, resistência e abolição*, além de descortinar os meios de aquisição da liberdade judicial que foram recorrentes aos escravos, Neves oferece informações sobre a configuração escravista do alto sertão nas décadas finais do oitocentos. O pecúlio adquirido por meio da concessão dos senhores “a seus escravos do direito de trabalhar em proveito próprio, durante algumas horas ou determinados dias” (p.165) vem justificar a compra da liberdade como principal meio de obtenção da alforria, marcada por práticas e interesses diversos, tanto por parte dos senhores quanto pelos escravos. Sobre a abolição, informa que poucos foram libertados, dada a prevalência de faixas etárias elevadas que haviam adquirido a liberdade por meio das medidas empreendidas no decorrer da segunda metade do XIX, a Lei do Ventre Livre e a Lei do Sexagenário.

⁶ Entre 1801-1887, Neves identificou a partir da análise dos inventários do termo da Vila Nova do Príncipe e Santana de Caetité e seus distritos no período em estudo, uma média de 1 a 5 escravos por plantel. No estudo de Pires (2009) sobre a posse escrava em Rio de Contas e Caetité, identificou, também por meio da análise de inventários, uma média de 5 a 10 escravos por plantel. Esses números, como ressalta a historiadora, não deixa de ser significativo, tendo em vista o funcionamento da economia regional.

⁷ Sobre o tráfico interprovincial e família escrava no sertão, ver também Maria de Fátima Novaes Pires (2009); Gabriela A. Nogueira (2011); Napoliana Pereira Santana (2012).

Essa configuração etária é associada também a transferência de escravos “em faixas etárias economicamente ativas” para o sudeste do país. No capítulo *Tráfico interno de escravos*, com o aprofundamento da discussão, o autor aponta que havia a comercialização para outras regiões, se vinculando em grande medida a crise na agricultura no semiárido e a seca no final da década de setenta do século XIX. Com esse cenário, a figura dos negociantes de escravos se notabiliza, mantendo-se atuante no sertão.

No último capítulo da obra, intitulado *Cativeiro dissimulado em contratos de servidão doméstica*, a discussão se envereda nas relações trabalhistas pautadas em contratos de trabalho. Ao apresentar contextos de intensa seca no sertão no século XIX, com desabastecimento e desemprego, Neves aponta que alguns sertanejos encontraram no estabelecimento desses contratos, “a servidão doméstica”, meios de sobrevivência,

Por esses acordos formais, famintos vendiam suas forças de trabalho, quando não a si próprios, apenas pela ração cotidiana, e aceitavam todas as condições e deveres que lhes impunham, sem nenhum direito, nem mesmo sobre qualidade, quantidade ou número de refeições que deveriam receber (p.242).

Como ambas as partes se comportavam na efetivação desses contratos, não foi o objetivo do autor, o que não deixa de ser uma abordagem interessante.

Sertão e escravidão, palavras que estão cada vez mais presentes na historiografia brasileira, permearam as análises tecidas por Erivaldo Fagundes Neves. Suas especificidades, que em algumas passagens foram comparadas a zonas monocultoras, especialmente o recôncavo baiano, endossaram a discussão; outras, no entanto, permitem ressalvas, como o provável trato menos cruel ao escravo no sertão, e uma vida mais folgada se comparada aos das zonas monocultoras. A configuração socioeconômica dessa região caracterizada pelo desenvolvimento de atividades agropastoris em pequenas, médias e grandes propriedades “não isentava o caráter altamente reificador, autoritário e violento das sociedades escravistas”.⁸

O abalo causado pelas secas, abordado nos trabalhos sobre os sertões baianos, é inegável, como bem evidenciado por Neves ao trazer índices da comercialização de escravos entre outras medidas que se vincularam a crise que atingia de maneira distinta todos os sertanejos, porém, ao analisar aspectos da migração compulsória, aponta “que os efeitos da seca de 1857-1862, despovoou [sic] o Alto Sertão da Bahia, com milhares de mortes por inanição e fuga em massa da população” (p.225). É inquestionável que as dificuldades de sobrevivência

⁸ PIRES, Maria de Fátima Novaes. *Sertões da Bahia nos tempos da escravidão*. Afro-Ásia, 49 (2014), p.331-337.

se acentuavam em períodos de seca, levando milhares de pessoas a partirem para outras regiões, mas daí afirmar que houve um despovoamento parece exagero, visto que outras alternativas eram vislumbradas por aqueles que permaneciam. Estudos desenvolvidos sobre o sertão, como alguns já mencionados ao longo deste texto, demonstram essa permanência e refutam a ideia de despovoamento:

Afirmar o esvaziamento do sertão em função das secas, atribuindo isolamento, é negar as peculiaridades da região e as transformações inerentes de qualquer sociedade, ou lugar, quando perpassam por situações complexas. Os sertanejos souberam nas agruras que lhes impuseram buscar outras saídas.⁹

Observa-se que a constante atualização dos debates historiográficos, o crescimento de pesquisas em regiões “pouco frequentadas”,¹⁰ o maior acesso as fontes, etc. são alguns elementos que permitem sinalizações e aprofundamentos de questões, discordâncias de outras... Nesse sentido, embora algumas análises realizadas por Erivaldo Fagundes Neves tenham ganhando outras interpretações e abordagens, ou ainda mereçam a atenção de pesquisadores, o (s) trabalho (s) realizado (s) por ele instigou (instigaram) e inspirou (inspiraram) novos estudos.

A obra *Escravidão, Pecuária e Policultura, Alto Sertão da Bahia, século XIX*, situa-se assim entre uma das grandes contribuidoras tanto para a escrita da história do alto sertão baiano, pois fornece importantes informações sobre a escravidão e sobre as especificidades socioeconômicas da região, como para a historiografia baiana, que carece de mais estudos sobre as regiões interioranas do estado. Aliada a riqueza de assunto, o trato com as fontes documentais analisadas por Erivaldo Fagundes Neves, representa mais uma relevante contribuição da obra. Portanto, torna-se de indispensável leitura para aqueles que desejam se enveredar pelos múltiplos caminhos da pesquisa histórica sobre os sertões baiano e para os que lidam com temáticas vinculadas a escravidão e à economia.

⁹ MIRANDA, Rosângela Figueiredo. *Trânsitos culturais de poder local, tráfico interno de escravos e liberdade no alto sertão da Bahia, no período de 1840 a 1888*. In. XXVII Simpósio Nacional de História, Natal –RN, 2013, p.10.

¹⁰ No alto sertão baiano a pesquisa histórica tem ganhado fôlego, além dos trabalhos de Erivaldo Fagundes Neves, apontados em outro momento e artigos desenvolvidos nas Universidades do interior (Uneb), tem-se, dentre outros de igual relevância, os de Maria de Fátima Novaes Pires (2009), (2003); Gabriela A. Nogueira (2011); Lielva Azevedo Aguiar (2011); Eudes Marciel Barros Guimarães (2012); Isnara Pereira Ivo (2012); Marcos Profeta Ribeiro (2012); Napoliana Pereira Santana (2012); Kátia Lorena Novaes Almeida (2012); Paulo Henrique Duque Santos (2014).

Referências

IVO, Isnara Pereira. *Homens de caminho: trânsitos culturais, comércio e cores nos sertões da América portuguesa. Século XVIII*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2012.

MIRANDA, Rosângela Figueiredo. *Trânsitos culturais de poder local, tráfico interno de escravos e liberdade no alto sertão da Bahia, no período de 1840 a 1888*. In. XXVII Simpósio Nacional de História, Natal –RN, 2013.

NEVES, Erivaldo Fagundes. *Pecuária, Policultura e escravidão: Alto Sertão da Bahia, século XIX*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2012, p.305.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. *Sertões da Bahia nos tempos da escravidão*. Afro-Ásia, 49 (2014), p.331-337.

_____. *Fios da vida: tráfico interprovincial e alforrias nos Sertoins de Sima – Ba (1860-1920)*. São Paulo: Annablume, 2009.